EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NA ESCOLA: DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO TERRITÓRIO DO JARDIM DE ABRIL/SP

Carla Wanessa do Amaral Caffagni[1]

Resumo: Este artigo apresenta um diagnóstico socioambiental participativo orientado pela Educação Ambiental Crítica na EMEF Conde Luiz Eduardo Matarazzo, em São Paulo/SP. O objetivo foi compreender as dinâmicas de uso e ocupação socioespacial do território. A metodologia qualitativa envolveu 15 estudantes em cartografia social, saídas de campo, entrevistas com atores locais e análise temática. Os resultados revelam o desvelamento de injustiças ambientais urbanas e a promoção do letramento político dos discentes. Conclui-se que a tomada de consciência e o amadurecimento reflexivo manifestados pelos alunos superam visões ecológicas ingênuas consolidando o êxito emancipatório da práxis pedagógica escolar.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Território; Desigualdade socioambiental.

Abstract: This article presents a participatory socio-environmental diagnosis guided by Critical Environmental Education at EMEF Conde Luiz Eduardo Matarazzo, in São Paulo/SP. The objective was to understand the dynamics of socio-spatial use and occupation of the territory. The qualitative methodology involved 15 students in social cartography, field trips, interviews with local actors, and thematic analysis. The results reveal the unveiling of urban environmental injustices and the promotion of the students' political literacy. It is concluded that the awareness and reflective maturation demonstrated by the students overcome naive ecological views, consolidating the emancipatory success of school pedagogical praxis.

Keywords: Environmental Education; Territory; Socio-environmental inequality.

[1]Universidade de São Paulo. E-mail: carlawanessa@hotmail.com, Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/0567760996797772

Introdução

Um novo ambiente de trabalho capaz de mobilizar o olhar para o mundo na busca por respostas para questões que borbulham a cabeça de um Educador ao se deparar com um contexto escolar inusitado e ao mesmo tempo tão característico das desigualdades brasileiras citadas em tantas obras acadêmicas. Confusão! Espanto! Curiosidade! Assim me senti ao assumir cargo de professora de ciências na escola pública de ensino fundamental situada no limite territorial entre os bairros Parque do Príncipes e Jardim de Abril, divisa entre os municípios de São Paulo e Osasco/SP. A escola pública marcadamente colocada como ponto de limite entre territórios.

A palavra "território", aqui, foi utilizada a partir do conceito proposto por Milton Santos, de um espaço humano demarcado pela história e pela relação que as pessoas têm com ele, considerando-o em sua totalidade e a partir das relações sociais que nele se estabelecem. Nas palavras do autor

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (Santos, 1999, p. 08)

Interessa-nos prioritariamente, o olhar para este território a partir do viés ambiental, considerando que, tal como colocado por Latour e Schultz (2023), é preciso considerar que na atualidade, a questão ambiental esta direta e intimamente relacionada a questão da luta de classes, o que os autores denominam de "ecologia política" (Latour E Schultz, 2023, p. 12), uma forma de pensar a ecologia a partir de todas as intervenções e influencias que as questões geopolíticas, econômicas, sociais e ambientais geram nos territórios e têm como consequência novas fontes de injustiça, conflitos e ideologias. Nas palavras dos autores "Falar de natureza não é assinar um tratado de paz, é reconhecer a existência de uma multidão de conflitos sobre todos os assuntos possíveis da existência cotidiana (...) Longe de unificar, a natureza divide" (Ibidem, p. 13)

Sim, divide! E nós mesmos podemos nos ver como cumplices e vítimas do contexto a que estamos inseridos. Cumplices das ações que contribuem para os desastres ambientais e as mudanças climáticas e vítimas, já que não há um só sujeito no planeta que hoje não sofra com as consequências dos desequilíbrios ambientais. Mas seremos todos igualmente responsáveis ou vítimas? Segundo Sanches e Belmonte (2023, p.06) a resposta é não! Para os autores

> A crise ecológica e climática na qual vivemos é uma das maiores problemáticas do nosso século, isso porque ela evidencia as desigualdades sociais, demonstrando que, os impactos

> negativos das mudanças climáticas, como as catástrofes ambientais impactam de forma desproporcional populações pobres e racializadas.

Portanto, pensar meio ambiente é pensar classe social dentro um movimento do “desfazer” a estrutura social atualmente em voga e (re)construir uma nova forma de pensar a sociedade, que forçosamente deverá ser para a igualdade, para a fraternidade, para a ação comum e acrescento, para uma verdadeira revolução científica (Latour e Schultz, 2023; Kuhn, 1997), ideia que dialoga diretamente com a proposta da educação ambiental crítica.

A educação ambiental crítica reconhece a importância da consideração dos elementos da memória, do ser e estar no mundo e deve ser considerada como prática cidadã consciente da relação do ser humano com o ambiente, dentro de uma perspectiva socioambiental (Guimarães, 2004). A intenção é tornar evidente a noção complexa do desafio educacional contemporâneo de forma a impactar a prática, as concepções e as atitudes individuais e coletivas sobre o meio ambiente.

Os contextos urbanos que partilham desta “filosofia de intervenção” (Lisboa, 2009, p.03), entendem, pela experiência vivida, que educação não é mais um exclusivo da família e das instituições formais de ensino, mas também da, na e pela cidade, pelas suas diferentes gentes, nos seus espaços e tempos em que se produzem vários cenários formais e informais, conscientes e inconscientes de comunicação e partilha de aprendizagem, em um processo que se realiza ao longo da vida.

Em diálogo com tais ideias, esta pesquisa se propôs a pensar o território onde se localiza a escola EMEF Conde Luiz Eduardo Matarazzo, a partir da elaboração de um diagnóstico socioambiental participativo, como parte de ações desenvolvidas por meio de um projeto de educação ambiental crítica na própria unidade escolar.

Metodologia

Descrição da área de trabalho

A EMEF Conde Luiz Eduardo Matarazzo é uma escola municipal localizada no bairro Parque dos Príncipes, na zona oeste da cidade de São Paulo- SP. Foi fundada em dezembro de 1982, inicialmente dentro do bairro Jardim de Abril, com a antiga estrutura de “escola de lata” e com posterior construção de alvenaria no atual endereço. Atende aproximadamente 1000 alunos de idade entre 06 e 16 anos, em sua maioria, moradores do Jardim de Abril. Na figura 1, no marcador vermelho, é possível observar a localização geográfica da escola bem como o seu entorno e as características marcadamente distintos entre os bairros.

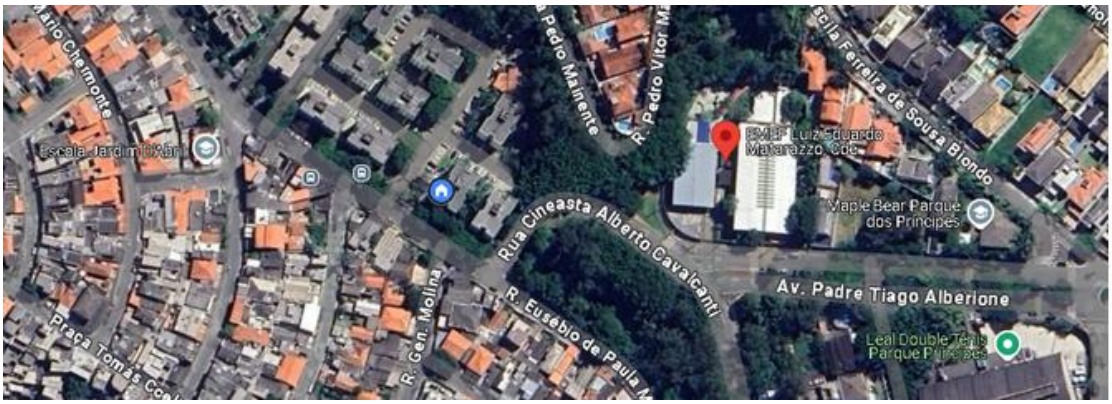


Figura 1: Localização da EMEF Conde Luiz Eduardo Matarazzo

Caracterização da Pesquisa e Abordagem Metodológica

Para o desenvolvimento de um projeto de educação ambiental que tenha como premissa a participação social, é imprescindível que haja espaço para estudos sobre a história, a cultura, a economia e o imaginário de um povo. Para tanto, fez-se necessário o uso de técnicas e métodos que pudessem dar voz a esse aos sujeitos e colaborar na compreensão dos processos que estruturam as ações sociais sobre o ambiente em análise, além de estabelecer diálogos construtivos e eficazes na busca de melhorias ambientais.

Esta pesquisa insere-se na abordagem qualitativa de cunho social, configurando-se como uma pesquisa participante de caráter exploratório e descritivo (Gil, 2019). A escolha por esta metodologia justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas socioambientais a partir da vivência dos próprios sujeitos investigados, estabelecendo uma relação horizontal e dialógica entre a pesquisadora e a comunidade escolar (Brandão, 2006).

A investigação estruturou-se por meio de um diagnóstico socioambiental participativo, estratégia pedagógica e metodológica que busca dar voz aos atores locais para mapear, tensionar e analisar as vulnerabilidades, potencialidades e injustiças ambientais presentes no território (Martins, 2004).

Essa proposta dialoga com os documentos curriculares do município de São Paulo que ressaltam a Educação Ambiental como um direito do cidadão e ainda, como possibilidade de trabalho que fomente o conhecimento e a discussão sobre a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e a implementação dos 17 Objetivos do desenvolvimento sustentável - ODS, de forma global e transversal.

O projeto foi desenvolvido por meio de uma série de atividades distribuídas ao longo de quatro meses, com dois encontros semanais de 2h cada; totalizando 40 encontros (80h) com o grupo. Fizeram parte do projeto um total de 15 alunos dos 7os e 8os anos do ensino fundamental II que se interessaram em participar voluntariamente.

Sobre os materiais e os métodos

O diagnóstico socioambiental participativo dividiu-se em duas etapas interdependentes:

1. Mapeamento e Percepção Ambiental (Fase 1): Focada na apreensão da memória afetiva, espacial e sensorial dos estudantes sobre o território. Utilizou-se como instrumentos: a) elaboração de mapas mentais individuais e coletivos, fundamentados na Cartografia Escolar (Castellar, 2020); b) uso de ferramentas de geolocalização (*Google Maps* e receptores GPS) para contraste da paisagem física e do uso do solo; c) saídas de campo guiadas nas margens do Córrego do Espanhol e no entorno dos bairros Jardim de Abril e Parque dos Príncipes para observação direta da infraestrutura urbana.
2. Investigação Político-Institucional e Resgate Histórico (Fase 2): Voltada para a compreensão dos fatores geopolíticos e socioeconômicos que moldaram a segregação socioespacial local. Os dados foram coletados a partir de: a) levantamento e resgate documental e histórico das leis de zoneamento e loteamento da região; b) realização de entrevistas semiestruturadas (Minayo, 2016) com uma liderança comunitária local e com o professor de História da unidade escolar, buscando reconstruir a história oral do bairro; c) observação participante e visita pedagógica orientada à Câmara Municipal de São Paulo e à sede de uma Organização Não Governamental (ONG) voltada à ecologia urbana.

Método de Análise dos Dados

O material empírico produzido — constituído pelas representações cartográficas dos alunos, notas do diário de campo da pesquisadora, transcrições das entrevistas semiestruturadas e gravação em áudio da roda de conversa final (formato *podcast*) — foi submetido à Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2016).

Os dados foram transcritos, submetidos à pré-análise e organizados por meio de eixos de categorização semântica. Emergiram três categorias analíticas principais que nortearam a discussão dos resultados: a) Cartografia da Memória e Segregação Socioespacial; b) O Córrego do Espanhol como Limiar da Injustiça Ambiental; e c) Letramento Político e Conscientização Crítica na Escola pública.

Resultados e discussão

Desenhos de mapas e estudos cartográficos

A primeira atividade desenvolvida foi a elaboração de um mapa do bairro a partir da memória afetiva espacial de cada um, fundamentada da teoria da Cartografia Escolar (Castellar, 2020). Assim, os alunos deveriam desenhar o trajeto da casa até a escola e os pontos mais importantes desse caminho.

Posteriormente, juntamos as produções para formar uma única representação espacial com os detalhes trazidos por cada um, tal como mostra a figura 2.



Figura 2: Representação espacial do bairro elaborada pelos alunos.

História dos bairros Jardim de Abril e Parque dos Príncipes

Segundo Seeman (2003, p.44)

> lugares concretos, onde se realizam eventos, acontecimentos históricos ou práticas cotidianas, e representações visuais (mapas ou fotos) e não visuais (literatura, música) podem servir como possíveis referenciais espaciais para a memória interpretar a dimensão cultural das paisagens (...) e, portanto, o vínculo afetivo e importância do território na própria construção de identidade do sujeito.

As dúvidas dos alunos começaram a surgir quando houve a percepção de que geograficamente o território parecia muito diferente do que estava na memória de cada um. Segundo Castellar (2020, p. 304), a produção da representação espacial do aluno está relacionada com sua “experiência pessoal” e as referências sensoriais que fornecem elementos para a construção da imagem mental que o sujeito tem do local onde vive. O local físico pode ser o mesmo para todos, mas a vivência neste espaço é individual e por isso, sua representação espacial será única.

Durante a atividade, o grupo foi descobrindo formas de entender como a cidade está estruturada geograficamente, as zonas territoriais, as cidades limites e mais próximas da região de estudo e ainda, sobre as distancias percorridas

pelas famílias migrantes de alguns participantes. Aqui, nota-se um primeiro momento de reflexão sobre a relação entre os deslocamentos sociais, a construção de grupos sociais e territórios bem como da construção da identidade das pessoas com o espaço onde se dão. Halbwachs (1990, p. 143) chama esse processo de construção da "geografia da sua história". Segundo o autor "nosso espaço é aquele que ocupamos, por onde passamos, ao qual temos acesso e que fixa as nossas construções e pensamentos do passado para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças" (Halbwachs, 1990, p.143), e, portanto, peça fundamental para a compreensão de quem somos e do mundo que vivemos.

Ainda durante a análise cartográfica, um aluno fez a seguinte observação: *"Nossa! Olha quanta piscina!"* (p. 6) — referindo-se à visão aérea do condomínio vizinho (p. 6). Esse estranhamento denota que a cartografia social, ao revelar as barreiras invisíveis da segregação urbana, atua como um instrumento de desvelamento de conflitos socioambientais territoriais (Souza; Silva, 2024). O mapa mental deixa de ser um mero recurso de localização e assume uma dimensão política, pois tensiona o desconhecimento inicial dos estudantes sobre o próprio entorno e escancara a divisão materializada do espaço público.

Para compreensão do uso e ocupação do território, bem como das profundas desigualdades observadas no local, buscou-se por respostas nos dados coletados durante pesquisas sobre os bairros Jardim de Abril e Parque dos Príncipes e para tanto, utilizamos referenciais teóricos e entrevistas com uma liderança local e um dos professores mais antigos na escola.

No primeiro momento, descobrimos que no bairro está localizado no que antes era uma fazenda da família Matarazzo, onde havia a criação de búfalos (levantamento de fontes documentais primárias e narrativas locais). Nessas pesquisas, não foi possível encontrar a resposta para a nossa principal questão: a desigualdade econômica e social. Se todo o território pertencia a um único dono, por que parte dele se transformou em favela e outra em condomínio de luxo? Encontramos algumas respostas em uma roda de conversa realizada com a Claudete Cordeiro dos Santos, moradora e uma das principais lideranças locais do Jardim de Abril. Segundo a entrevistada o loteamento da propriedade se deu em função de brigas familiares *"e tinha um pedaço dessa fazenda que para eles não interessava (...) por que ali onde nós moramos é a favela? (...) Porque era a parte pior que tinha dentro do terreno. Porque aqui, além de ter uma vala (...) era cheia de nascentes".*

Durante o desenvolvimento do projeto, julgamos que seria interessante ouvir algum docente da escola que pudesse nos explicar o desenvolvimento do bairro a partir do seu testemunho. Assim, escolhemos o professor de história Salomão de Castro Farias, atuante há 26 anos no bairro e uma pessoa muito engajada politicamente. Quanto ao Parque dos Príncipes, o entrevistado nos elucidou a questão da organização e da política de gestão do bairro, "*Não havia esse condomínio grande que tem aqui na frente (...) as pessoas moravam no*

Rio, O Parque dos Príncipes era para ser um condomínio fechado, quando você tem um ambiente como esse aqui, que é o que fala a lei do zoneamento urbano da época, eles tinham que cuidar da segurança, eles tinham que cuidar do asfalto, o Estado não podia interferir em absolutamente nada. Mas qual foi o problema? O direito de ir e vir."

O relato do entrevistado, dialoga com a pesquisa realizada por Maio (2009), com o título "Ilhas de alto padrão: o caso do Parque dos Príncipes e da Vila São Francisco - SP (1970-2008)". A autora (também moradora do bairro) classifica o espaço como "ilha de alto padrão" - "lugares caracterizados por significativo processo de segregação socioespacial voluntária: loteamentos destinados às frações de classe social com elevado poder aquisitivo, cercados por muros" (Maio, 2008, p. 06). A dissertação traz detalhadamente os processos históricos e legais que resultaram nesse tipo de produção no espaço urbano. Diferente do que sugeriu nossa primeira entrevistada, não houve disputa por terras por parte dos herdeiros Matarazzo, na verdade,

> Com a morte do Conde Luís Eduardo Matarazzo, em 1958, e de sua esposa Condessa Bianca Troise Matarazzo, em 1961, a Cia. Territorial Urbana Paulista foi dividida entre as duas filhas do casal (...) Foram constituídas na divisão quatro empresas: duas em nome da Condessa Claudia M. Theotoky, a Ionian Agricultura Industria e Comércio S. A., responsável pelo Loteamento Parque dos Príncipes (...) O loteamento Parque dos Príncipes foi o primeiro empreendimento de alto padrão na região (MAIO, 2009, p. 77)

Ainda, segundo a própria autora, legalmente a área foi elevada ao status de área nobre (Z1) após a aprovação da lei de zoneamento n. 13.885 de 25 de agosto de 2004 somado à Lei das Vilas (Lei 10.898/1990) que permitiu o fechamento das vilas e ruas sem saída residenciais ao tráfego de veículos estranhos aos seus moradores.

Amparados por leis, preocupados com as constantes ocupações irregulares na área e ainda, se aproveitando de um mercado imobiliário em expansão para uma classe média em busca de melhor qualidade de vida, nasce o projeto "Parque dos Príncipes" que "teve como propaganda feita pela empresa loteadora, um bairro planejado, murado, com portarias e guardas com ocupação exclusivamente residencial" (Maio, 2009, p. 81)

O Jardim de Abril

Diferente do que ocorreu durante as pesquisas sobre a história do Parque dos Príncipes, informações sobre o desenvolvimento do Jardim de Abril não foram tão facilmente encontradas. O pouco que tivemos acesso tratava de forma muito superficial sobre características do bairro e quase nada sobre sua história e origem. Cabe ressaltar o grupo de estudantes mora no Jardim de Abril.

Nossa entrevistada e moradora local, Claudete, afirmou que a região antes, inabitada, possuía uma grande floresta e era reconhecida pelo nome de Bussocaba. Em um primeiro momento, famílias ocuparam parte do território hoje conhecido como “Um” e posteriormente, outra ocupação se deu, reconhecida como “2”. As favelas que até hoje se mantem com tais denominações. Segundo a entrevistada “*quando montou o Hospital da USP, na época da febre amarela (...) Então, antes de montar o hospital, a periferia começa a vir. E aí nisso começa a lotear o Jardim de Abril porque era mais barato. Alguns têm escritura, outros caiu no golpe dos grileiros, mas aí os donos foram deixando e ficou”.* O professor Salomão, por sua vez, acrescentou “*Aqui era um problema muito grave. Quando tinha qualquer tipo de cheia, todo mundo era afetado (...) como todo mundo estava ali, a criançada brincando, a pessoa adoecia muito (...) aqui era bem mais violento. A gente tinha problemas seríssimos, de suspensão de aula por conta da violência urbana (...) Osasco não se compromete, São Paulo também não*”

Os alunos, diante da ausência de registros históricos sobre o bairro, decidiram criar um material informativo sobre a região utilizando os depoimentos de nossos entrevistados. Mesmo a pesquisa realizada por Maio (2009, p.129) faz pouca menção ao Jardim de Abril, sendo a mais relevante a descrição a seguir

> A parceria com os promotores imobiliários e o poder municipal, por meio da subprefeitura, também se dá na retirada da favela do Córrego do Espanhol com 150 famílias em agosto de 2003, assentada dentro dos limites do Parque dos Príncipes, divisa com o Jardim D’Abril (...) A favela foi retirada mediante acordo, com pagamento de R$ 3.000,00 para cada família, com recursos arrecadados entre a Construtora Setin, o empreendimento Collinas Parque dos Príncipes, a Construtora Godoi, com oito empreendimentos de Vilas no interior do Parque dos Príncipes e também proprietária do Colégio Albert Sabin e a Cia. Ionian que ainda possui lotes a venda. Neste evento contaram também com a presença da subprefeitura que forneceu os caminhões e local para o assentamento das famílias.

O Rio do Espanhol!

Um dos elementos que chama a atenção no bairro é a existência de um córrego que passa em frente à escola, um depósito de lixo, local de moradias na margem pertencente ao Jardim de abril e receptor de diferentes pontos de efluentes. Em um dos encontros do grupo, andamos pelas margens do rio e conversamos sobre o que vimos. Vale ressaltar o fato de que este mesmo rio tem sua nascente no Parque dos Príncipes e lá, ele é limpo, tem mata ciliar e todo seu leito preservado.

Ao atravessar a rua que divide os dois bairros, o curso d'água deixa de ser rio e passa a ser rotulado como “esgoto” pelos próprios moradores. Essa ruptura conceitual e física dialoga diretamente com as dinâmicas de percepção socioambiental em contextos periféricos paulistas analisadas por Oliveira e Santos (2023), nas quais as populações vulneráveis internalizam a degradação

dos recursos hídricos como uma condição intrínseca do seu habitar. O Córrego do Espanhol, limpo na elite e poluído na comunidade, cristaliza na paisagem o conceito de injustiça ambiental urbana, onde os custos do crescimento da cidade corporativa são desproporcionalmente transferidos para a periferia."

Durante nossas pesquisas, tivemos algumas explicações para tal cenário:

Nas palavras da liderança local *"A gente tinha rios, vários rios. Aqui onde fala que é o Córrego do Espanhol não é o córrego, ali era um rio. É o Rio do Espanhol. (...) Ele começou a sujar a partir do momento que foi feito o saneamento básico (...) porque não tem esgoto. Porque quem fez isso foi o próprio governo (...) que veio fazer a leva do saneamento básico. Joga tudo dentro do rio. E o rio, a gente pescava, a gente tomava banho. A parte da nascente dele, eles não sujaram, o parque dos príncipes começou a preservar (...) aí ele não canalizou, mas também tem a proposta da limpeza dele, despoluir, botar certinho. Só que pra isso vai ser gasto de um bom dinheiro, porque as moradias que estão em volta, somente as moradias aqui da favela 1, que pega bem do lado dele, já é jogado até direto."*

Como "ato ecológico e cidadão", a Associação de Moradores do Parque dos Príncipes contribuiu financeiramente e com mão de obra para retirada da favela 3 (terceira ocupação irregular do espaço) da margem do rio que está dentro do seu bairro e em parceria com a prefeitura de São Paulo, realocou as famílias no conjunto habitacional Singapura, construído na margem oposta do rio, pertencente ao Jardim de Abril. Parte da Favela 1 que já estava nessa margem do rio, ali permaneceu até os dias atuais. A "luta dos ecologistas", citada pela liderança, impediu a canalização do rio mantendo-o como barreira natural para o espraiamento da favela, mas não lutou pela sua despoluição.

Quanto aos efluentes, o território não possui rede de coleta de esgoto, apenas de águas pluviais. Assim, dentro do Parque dos Príncipes, as casas contam com fossas sépticas, já no Jardim de Abril, o descarte do esgoto se dá pela rede pluvial, desaguando na parte do rio do Espanhol que se localiza dentro da favela. Daí a explicação para ser "limpo de um lado e sujo de outro".

Maio (2009) explica que esta é uma das formas de produção do espaço urbano dentro do modelo de cidade corporativa, onde proprietários fundiários mantem suas terras vazias e sem nenhuma atividade, provocando o aparecimento de vazios urbanos que permitem o espraiamento e periferização das cidades. Com a chegada da população de baixa renda e ocupação do solo, o poder público se vê obrigado a levar infraestrutura ao local, resultando na valorização do seu entorno. O resultado é a especulação imobiliária por parte dos proprietários, que passam a vender os loteamentos por valores mais altos e a consequente criação de sítios sociais.

Exatamente o mesmo processo observado no território de estudo. No entanto, a infraestrutura de saneamento básico não chegou integralmente na região, e sendo o Parque dos Príncipes planejado dentro da lei 13.885/2004 e 10.898/1990, o que era preciso melhorar no bairro foi feito pelos próprios moradores por meio de organização e associação de moradores. Já no Jardim

de Abril, as condições econômicas dos moradores, bem como a situação de ocupação irregular do solo, não permitiram que este processo se desse e tal como proposto por Silva e Chaves (2025, p.181)

> sem o devido planejamento urbano por parte dos gestores públicos, a população de baixa renda foi excluída do processo urbanístico, ficando relegada, dada uma forte especulação imobiliária, por parte do setor imobiliário, e sob a égide do próprio Estado, ou seja, a população mais pobre ficou renegada a um plano de exclusão.

Chegamos assim à compreensão do impasse do rio que não canaliza e nem despolui, pois canalizar resulta na possibilidade de crescimento da favela para dentro do Parque dos Príncipes e a despoluição, carece de investimento do poder público para reorganização do bairro e consequente, realocação de diversas famílias.

Tudo é política!!

Durante as visitas aos bairros, os alunos traziam questionamentos que foram utilizados como norteadores de ações. Entre elas, algumas dialogavam com os temas abordados no filme "Que horas ela volta?" (Direção de Muylaert,2015), que segundo Rosa, Maciel e Ribeiro (2018, p. 125), "faz refletir sobre os contrastes raciais e de classe brasileiros. Destacando as mais variadas discrepâncias, denuncia os traços da desigualdade social no Brasil, em voga desde o período escravista".

Em discussão com o grupo, foi comum a observação de que o filme "*falava sobre nós"* por trazer a *"questão financeira", "a conclusão de que o menino rico não passou no vestibular foi morar fora, a menina teria voltado para Bahia",* e por fim, relacionaram aquela trama às suas próprias histórias de vida, pois as famílias da maior parte dos alunos haviam migrado de outros estados, como Paraíba, Pernambuco e Bahia. Porém, diferente do filme, quase todos viam suas famílias repetindo as dinâmicas sociais dos personagens: a de patrão e empregado e depois dos filhos que se tonam empregados dos patrões de seus pais. Uma questão colocada por eles fechou a discussão sobre o filme *"como fazer para as histórias não se repetirem?"*

Após essa discussão, vieram as observações sobre o Jardim de Abril, nossa morada vista pelos olhos de "pesquisadores" e não mais de moradores. Seguiram os seguintes comentários *"primeiro vimos esgoto onde era pra ser rio", "lá no Parque dos Príncipes tinha pouca movimentação, aqui tem muito comércio, favela e gente andando na rua", "tem pessoas, gatos, cachorro e as casas são pequenas", "tem muito lixo e pouca vegetação", "tem a sensação de pouca segurança", "tem moradores de rua", "tem muita criança".*

Sobre a história do bairro, também chamou a atenção o fato de não haver registro, de não se ter onde ler sobre a origem do nosso lugar. Como referência,

tivemos apenas a música “Diário de um detento”, uma canção de rap do álbum “Sobrevivendo no inferno” de autoria de Mano Brown e Josemir Prado (1997), que no trecho

> “Já ouviu falar de Lúcifer?
> Que veio do inferno com moral
> Um dia no Carandiru, não ele é só mais um
> Comendo rango azedo com pneumonia
> Aqui tem mano de Osasco, do Jardim D'Abril, Parelheiros Mogi,
> Jardim Brasil, Bela Vista, Jardim Ângela
> Heliópolis, Itapevi, Paraisópolis”

Não havia nada da letra sobre a história do bairro, mas havia a informação de que pessoas do Jardim de Abril podem ser “manos” que vão parar no “Carandiru”. Muitos “Por quê(s)” e o desejo de fazer algo! Um dos meninos concluiu *“Nossa, a gente não sabe nada de política! Como a gente vai fazer alguma coisa se a gente nem sabe o que faz um vereador?”*

Uma nova demanda: estudar política! Muitas pesquisas, organização de ideias e conversas que culminaram na organização de um seminário dentro do grupo. Os tópicos foram sobre o conceito de política, os tipos de regimes políticos, a ditadura, voto obrigatório x voto facultativo, definição do termo favela, densidade demográfica e muita riqueza de ideias.

Organizamos uma visita orientada à Câmara Municipal de São Paulo e fomos de transporte público da zona oeste até a região central da cidade. A escolha por esta forma de deslocamento se baseou na ideia de que o processo educativo deve se dar para além dos muros da escola e estar em todo o espaço urbano, pois esta integralidade, este continuum territorial possibilita que o aprendizado se dê dentro da vivência da cidade (Morigi, 2016). Nessa perspectiva, a cidade assume seu papel educativo e deixa de ser apenas um “cenário geográfico” e assume “o papel das escolas na cidade, intercambiando os espaços do território como locais educativos, de convivência e onde se constrói o conhecimento” (*Ibidem*, 2016, p. 162).

Em nosso caso, assumimos a própria locomoção na cidade como um ato educativo. A experiência do transporte em diferentes meios (metrô e ônibus), os deslocamentos a pé, o olhar para os cenários, arquiteturas, contextos nunca vistos, as emoções que se misturavam à vivência, a fluidez dinâmica das movimentações sociais que se dão nos diferentes períodos do dia, tudo isso foi educador, pois promoveu a reflexão, a crítica, a análise, a descoberta e a participação ativa no contexto social.

Na Câmara, o grupo passou por uma sala de comissões onde foi recepcionado por funcionários responsáveis pela orientação em visitas guiadas. Em um primeiro momento, assistiram uma palestra dialogada sobre a história da Câmara Municipal de São Paulo, a diferença entre poder legislativo, executivo e judiciário e a organização política municipal. Em um segundo momento, visita à Assembleia Legislativa para acompanhar uma sessão.

Para Silva (2024), este tipo de atividade pedagógica propicia uma efetiva comunicação pública de instâncias políticas com a sociedade, colaborando no processo de letramento político e, portanto, permite aos cidadãos se apropriarem aos saberes relacionados à política, para o autor

> O processo de letramento político é complexo, gradual e associativo (conhecimento e prática), o que exige mais do que uma simples visita à sede do Poder Legislativo. Por outro lado, a experiência (...) orientada por uma proposta pedagógica, pode estimular o visitante a buscar mais informações sobre o funcionamento do Estado, a divisão de poderes, a atuação dos parlamentares e o exercício pleno da cidadania (Silva, 2024, p. 15)

Apesar de ampliado o conhecimento teórico, sentimos a necessidade de buscar por alguma referência de intervenção no espaço urbano e encontramos a ONG Rios e Ruas, criado pelo Instituto Harmonia, em 2010, fruto da parceria do arquiteto e urbanista José Bueno com o educador Luiz de Campos Jr (Prata, 2022). Visitamos o espaço de preservação da nascente do Rio Iquiririm, no Butantã-SP e foi possível conversar com o arquiteto fundador da ONG sobre a importância e o impacto da canalização dos rios de São Paulo, além de exemplos de como mobilizar a população ou agir de forma política para melhoria do nosso ambiente. Todo aprendizado foi posteriormente compartilhado e discutido com o grupo.

Por fim, o fim! O que ficou?

Nosso projeto não teve o momento da (re)ação! Apesar da vontade e o planejamento, nosso semestre foi consumido sem que pudéssemos colocar em prática nossos desejos de mudança. Como produto do trabalho, foi organizada uma roda de conversa para discutir e avaliar a experiência; a atividade foi gravada e disponibilizada em forma de podcast no canal de rádio da escola. Entre as colocações dos alunos sobre o projeto, algumas merecem especial atenção, pois refletem a potência transformadora da Educação Ambiental Crítica sobre o olhar do sujeito a respeito do mundo e sua importância para a sociedade.

Quando questionados sobre uma possível mudança de olhar sobre o território:

> "*Mudou muito, muito! A gente começou a aprender sobre política. A gente viu sobre o nosso bairro. Os problemas que a gente consegue ter. Que a gente consegue evitar. E a gente conseguiu ver muita, muita coisa nova. Então fazer esse projeto (...) valeu muito a pena para mim. Porque não só foi para ser uma coisa alegre, foi uma coisa para a gente aprender. Entender e saber. Foi muito interessante*

participar desse projeto."
"Principalmente a gente viu sobre o rio, porque quando a gente foi fazer um mini passeio sobre o Parque do Jardim de Abril, pra ver como que é tão diferente o Parque dos Príncipes e o Jardim de Abril. Aí um lugar que a gente parou até a gente observou que tem muita gente da escola que acha que aquilo na verdade é o esgoto, só que não é. Então a gente pensou em tentar melhorar ele, pra fazê-lo ficar melhor como ele era antes"
"E a gente tem que achar uma solução que não só ajude, né? Tipo, pessoas que podem ter o dinheiro, mas tem que ajudar todo mundo, né? Em coletivo. Porque se a gente conseguir ajudar todo mundo desse bairro, a gente consegue transformar ele em muito bom, que nem o Parque dos Príncipes"
"Durante a política desse ano, o Thammy [referência ao vereador Thammy Miranda] ganhou entre os dois lados (...) é meio complicado de uma pessoa tá administrando dois lados. Um lado, vamos dizer... Um lado de condições financeiras baixas e um lado de condições financeiras mais altas."
"Sinceramente o que eu gostei foi praticamente tudo... a gente viu sobre a questão dos 55 vereadores. É uma coisa que parece ser grande. Mas tem muita pessoa que mora em São Paulo. Então o número é um pouco injusto"
"aprendi mais em relação a democracia"
"Também, essa questão sobre os 3Rs, né? Recicle, Reduzir e Reuse. É muito, tipo, importante. Porque aí a gente consegue até melhorar a condição de vida dos... Tipo, sem teto. Dos catadores (...) então, usar também a regra dos 3Rs é muito importante. Que você não só está ajudando a você, você está ajudando todo mundo que está em volta de você"

Tais afirmações, nos permitem concluir que este projeto foi uma experiência que possibilitou a análise e reflexão sobre o uso e ocupação do território, dinâmicas sociais e políticas, ecologia, meio ambiente, o espaço urbano e desigualdade social. Pode-se concluir que, dentro das considerações de Guimarães (2004, p.32), estivemos atuando na perspectiva de Educação Ambiental Crítica que

> se propõe a desvelar a realidade, para, inserindo o processo educativo nela, contribuir na transformação da sociedade atual, assumindo de forma inalienável a sua dimensão política. Portanto, na educação formal, certamente esse processo educativo não se basta dentro dos muros de uma escola, o que

> explicita a interface entre esta educação Ambiental e a Educação Popular.

Uma ideia que se reitera na fala de um aluno ao fazer uma crítica ao projeto *“Se as pessoas tivessem conhecimento, né? É. A gente podia explicar e seria mais fácil. As pessoas poderiam ver o jeito que está e a ideia de a gente melhorar”*

Uma fala que traz o descontentamento pela “não-ação”, uma frustração na impossibilidade de transformar o seu mundo, de não levar às outras pessoas o saber agora adquirido, por não poder partilhar a crítica, a possibilidade de uma nova visão sobre a vida. Parece-nos que foi uma experiência de educação libertária (Freire, 1996), em que o educando se viu como agente responsável pela (re)invenção de sua própria realidade e teve desperto a consciência de que o conhecimento é libertador e de que todos têm o direito à liberdade. Uma prática educativa que rompe com lógicas de subordinação, estimulando o protagonismo social dos discentes.

Conclusão

A experiência educativa desenvolvida na EMEF Conde Luiz Eduardo Matarazzo evidenciou que a Educação Ambiental Crítica, ao se enraizar no território, ultrapassa o papel tradicional da escola e se converte em um exercício de leitura e reinterpretação do mundo. Ao aproximar os estudantes da história de seus bairros, das desigualdades marcadas pelo espaço urbano e das contradições ambientais materializadas no Rio do Espanhol, foi possível fomentar um processo de conscientização que uniu memória, identidade e pertencimento a uma dimensão política e coletiva da educação.

Os resultados demonstram que práticas dessa natureza são capazes de mobilizar não apenas saberes científicos, mas também afetos, histórias de vida e vozes silenciadas, constituindo-se como espaços de emancipação. Ao elaborar mapas, entrevistar lideranças locais, visitar instituições políticas e produzir registros como o podcast, os alunos se reconheceram como sujeitos históricos e agentes de transformação, ainda que os limites estruturais da escola e do tempo pedagógico tenham impedido a realização de ações concretas de intervenção no território. Essa “não-ação”, contudo, não deve ser interpretada como fracasso, mas como evidência da complexidade dos processos educativos críticos: a potência do projeto esteve na construção de novas perguntas, na emergência do desejo de mudança e na tomada de consciência sobre a própria condição social e ambiental. Uma fala que evidencia o amadurecimento crítico do estudante, cuja percepção do território agora demanda transformações estruturais

O estudo demonstra que o conhecimento emancipatório emerge da leitura crítica do território e das suas assimetrias urbanas. Embora os limites cronológicos do calendário escolar tenham circunscrito o projeto à etapa de diagnóstico e conscientização, impossibilitando intervenções físicas imediatas

no bairro, essa delimitação não configura um esvaziamento da práxis pedagógica. Pelo contrário, a tomada de consciência crítica e a consequente autonomia intelectual manifestada pelos estudantes no produto final (o *podcast*) constituem-se como o próprio ato político e emancipatório da educação. A indignação registrada pelas falas dos discentes frente às ausências do Estado reafirma que a semente da agência comunitária e do pertencimento foi plantada

Do ponto de vista acadêmico, o trabalho reforça a relevância de articular a Educação Ambiental às dimensões históricas, políticas e sociais do território, superando práticas meramente conservacionistas ou naturalistas. A desigualdade revelada pelo contraste entre Jardim de Abril e Parque dos Príncipes expõe a necessidade de pensar a educação ambiental como prática de justiça socioambiental, que reconhece a interdependência entre classe social, raça, espaço urbano e meio ambiente.

Finalmente, este relato sugere que políticas públicas voltadas à Educação Ambiental devem priorizar metodologias participativas que deem voz aos sujeitos locais e possibilitem que escolas se tornem núcleos de leitura crítica e de ação sobre o território. Mais do que informar alunos, trata-se de formar cidadãos críticos, capazes de disputar narrativas, questionar estruturas e propor alternativas. Nesse sentido, a experiência aqui descrita não se encerra em si mesma: ela se coloca como ponto de partida para pensar uma educação que se articula à luta por equidade social, à democracia radical e ao direito de todos a um ambiente justo e digno.

Agradecimentos

À equipe gestora e à comunidade escolar da EMEF Conde Luiz Eduardo Matarazzo pela autorização e confiança para o desenvolvimento do projeto.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 294-322, jan./jun. 2020. Disponível em: doi.org. Acesso em: 12 jan. 2025.

DIÁRIO de um detento. Intérpretes: Racionais MC's. Compositores: Mano Brown; Josemir Prado. In: **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. 1 CD. Faixa 4. [1, 2]

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (org.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-34.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LATOUR, Bruno; SCHULTZ, Nikolaj. **Memorando sobre a nova classe ecológica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

MAIO, Maria Melquiades Costa. **Ilhas de alto padrão**: o caso do Parque dos Príncipes e da Vila São Francisco (1970-2008). 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: usp.br. Acesso em: 19 ago. 2025.

MARTINS, Sebastião Ribeiro. **Critérios básicos para o diagnóstico socioambiental**. Pelotas: Agenda 21 de Pelotas, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

MORIGI, Valdir. **Cidades Educadoras**: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia. Porto Alegre: Sulina, 2016.

OLIVEIRA, Sandra Regina de; SANTOS, Marcos Reigota dos. Percepção 16 Revbea, São Paulo, V. X, No Y: 01-07, 202X. socioambiental de estudantes do ensino fundamental: um estudo de caso na periferia paulista. Revista Brasileira de Educação Ambiental, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 210-226, 2023. Disponível em: https://unifesp.br. Acesso em: 05 jul. 2026.

PRATA JR., João Antônio. **Rios e Ruas**. São Paulo: Prata Editorial, 2022

ROSA, Arthur Menozzo da; MACIEL, Carla de Souza; RIBEIRO, Roberta da Silva. Que horas ela volta? Direção de Anna Muylaert. Globo Filmes, 2015. 1 DVD (114 min). **Cadernos de Clio**, Curitiba, v. 9, n. 2, 2018. Disponível em: ifsc.edu.br. Acesso em: 14 jan. 2025.

SANCHES, Amanda; BELMONTE, Patricia. Educação ambiental e crise climática: justiça socioambiental em foco. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-15, 2023.

SANTOS, Milton. O território usado: o chão mais a identidade. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 15, p. 7-11, set. 1999.

SEEMAN, Jörn. Lugares, representações e memória espacial. **Geograficidade**, Niterói, v. 3, n. 1, p. 40-55, 2003.

SILVA, Dinário Dutra da; CHAVES, Fredson Rocha. A Educação Ambiental crítica como promotora de uma justiça ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 20, n. 5, p. 173–185, 2025. Disponível em: unifesp.br. Acesso em: 19 ago. 2025.

SILVA, Rodrigo. Comunicação pública e instâncias legislativas: o papel das visitas institucionais. **Revista de Letramento Político**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 10-22, 2024.

SOUZA, Clarissa Mendes de; SILVA, Jorge Almeida. A cartografia social como instrumento de revelação de conflitos socioambientais urbanos. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 45-61, 2024. Disponível em: https://unifesp.br. Acesso em: 05 jul. 2026.